



A SOCIEDADE ROMANA E SUA POLÍTICA SEGUNDO SANTO AGOSTINHO

(The Roman Society and its Policy according to Saint Augustine)

João Batista do Amaral*

Mestre em Filosofia pela Faculdade São Bento

E-mail: joabatistadoamaral@yahoo.com.br

RESUMO:

A época de Agostinho é marcada por várias crises que se instalaram na Sociedade Romana. Essas crises não fugiram do olhar aguçado de Santo Agostinho. Ele mostrou como a ação política de seus contemporâneos foi algo demasiadamente ineficaz para atender aos anseios de uma sociedade justa, integrada por vários povos e raças. Essa sociedade, que havia conquistado na história, com erros e acertos, poder e glória, tanto no campo da ciência como em tecnologia, para si, os meios que garantissem aos seus concidadãos uma vida próspera, aos poucos sucumbiu. A finalidade deste artigo, portanto, é a de expor ao leitor alguns aspectos experienciados por essa sociedade e fazer notar que quando a política é praticada por homens que possuem como premissa o poder e suas benesses, não há riqueza ou organização que consiga sustentar tal estado ou nação.

Palavras-chave: Crise; Política; Poder; Sociedade.

ABSTRACT:

The epoch of Augustine is marked by several crises that settled in the Roman society. These crises did not escape from the sharp look of Saint Augustine. He showed how the political action of his contemporaries was something excessively ineffective to answer the wishes of a fair society, integrated by several people and races. This society, that had conquered in history, with mistakes and cleverness, power and glory, booth in the field of science and technology, for itself, the ways that make sure to its citizens a prosper life, gradually succumbed. Thus, this article aims to exposes to the reader some aspects experienced by this society and make note that when policy is practiced by men who possess as premises the power and his own advantages, there is no richness or organization that will sustain such state or nation.

Key-words: Crisis; Politic; Power; Society.

INTRODUÇÃO

A época da infância de Agostinho¹ é caracterizada por um agonizante e opressor poderio romano. Em sua idade madura, esses conflitos, além de continuarem, se agravaram, conforme nos são bastante conhecidos e apresentados por muitos historiadores, bem como pelo próprio bispo de Hipona. Um marco importante seria presenciado por ele em agosto de 410 d.C., com a queda do poderio romano que sucumbe ao ataque dos visigodos sob o comando de Alarico.



Ainda nesse contexto, um fato marcante se sucedeu com o Império Romano, a saber: abalado pela maré montante dos bárbaros e pela anarquia interior a partir de Diocleciano (284-305) e de Constantino (306-337), ele foi se reestruturando por novas bases, transformando-se no Baixo Império, o primeiro em data dos Estados totalitários de tipo moderno.

Os soberanos (aquele ou aqueles que estavam à frente do poder político) eram possuidores de todo tipo de regalias e prestígio, inclusive religioso; por isso mesmo, eles eram como que onipotentes – pelo menos enquanto um usurpador não viesse lhes arrancar das mãos o poder. Eles governavam cercados por uma corte de feição oriental, que lhes garantia uma burocracia de extraordinária eficácia e complexidade, militarizada e organizada hierarquicamente. Ademais, suas economias eram planificadas, as fábricas pertenciam ao Estado, o sindicalismo era obrigatório, as casas eram hereditárias, havia exação (i.e., direito de exigir) fiscal excessiva e uma feroz justiça. Um dos resultados desse modelo de governo seria aquele de um povo que viveria em condições de ameaça permanente, conspirações e perseguições de um tipo de polícia secreta.

A configuração que se apresenta até então, conforme relata Agostinho,² é exatamente a do mundo do terror. Neste, a camarilha que detém o poder encarna, por um instante, a onipotência do senhor para logo depois cair na desgraça. Instaura-se, assim, um processo monstruoso da traição cuja repressão implica todo tipo de acusação a um sem número de inocentes constantemente, pois bastaria apenas um pequeno atraso no pagamento dos impostos para pesar sobre todos a ameaça da ruína, a prisão, a tortura, e até mesmo a morte, em meio a suplícios pavorosos.

A máquina pesada – de cuja eficácia não pode ser negada – manter-se-ia pelo menos no Oriente, durante mais de um milênio, até 1453. Entretanto, quando soou o alarme da hora do ajuste de contas, o Ocidente latino começou a contestar e recusar a lhe pagar o tributo. Ele não conhecera nunca a reação nacional que, em Constantinopla, a partir de 400, lograra operar o ressurgimento propriamente bizantino. E, assim, desmorona, para sucumbir, por fim, sob o efeito da deserção do proletariado interno, dos bagaudos da Gália³ e dos circonceliões (na África de Agostinho) e do assalto dos bárbaros.⁴

Tal fato repercutiu em todo o Ocidente e foi lamentado tanto por cristãos quanto por pagãos. A cidade de Hipona não podia deixar de sentir as consequências dessa catástrofe. Além de receber os fugitivos vindos de Roma, que se instalavam de preferência na Sicília, Sardenha, Cartago e ainda em localidades do litoral africano, a população sofreu a perda de sua cidadania romana, até então motivo de orgulho para as cidades africanas anexadas ao império. Daí, não faltaram calúnias e murmúrios contra os cristãos, atribuindo à sua religião a culpa pela ruína do império.⁵

Apesar da situação dos cristãos tornar-se bem diferente a partir da conversão de Constantino, de acordo com o que nos aponta Gilson, qualquer que seja o seu motivo, os historiadores ainda discutem a esse respeito, e isso teve por efeito transformar os membros da hierarquia eclesiástica em personagens cuja influência logo se tornou



considerável e, por vezes, preponderante no Estado⁶. Havia, contudo, muitos romanos que não tinham se cristianizado. Eles eram os mesmos que insinuavam e acusavam os cristãos pela grande crise por que passava o Império Romano, da mesma forma os cristãos eram incentivados a acusar os não cristãos pela crise que se instaurava. Assim, Agostinho busca responder tais problemas, demonstrando todo tipo de desordem, caos e injustiça vividos pelo Império.

Para descrever esse cenário e todas as situações, sentiu a necessidade de fazer calar a voz dos romanos não cristãos, da mesma forma como fez calar a dos hereges e cismáticos.⁷ A vida inteira do bispo de Hipona se desenrola nesse pano de fundo. Os próprios cristãos mais conscientes pediam e o pressionavam a dar respostas a tudo isso, e foi assim que, a pedido do tribuno Marcelino, deu início a essa imensa e trabalhosa obra *De Civitate Dei*⁸, que só daria por acabada ao fim de treze anos, quando estava prestes a completar 72 anos de vida. Em face disso, nos é possível compreender alguns dos principais motivos que levaram Agostinho a escrever sua *opus magnum*.

1. ANÁLISE AGOSTINIANA DA SOCIEDADE ROMANA E SUA POLÍTICA

Pela história, sabemos que o cristianismo surge dentro do Império Romano, o qual não era senão uma vasta ampliação da cidade de Roma, que recebia desta suas leis, suas ordens, dando-lhe unidade. Além disso, o que também predominava eram os laços religiosos de seus familiares, havendo entre eles aqueles que eram cristãos e aqueles que não o eram. Por esses laços sociais e religiosos, as divergências e os conflitos apresentavam-se cada vez mais violentos.

Esse cenário nos é apontado no livro IV de *De Civitate Dei*, capítulo I,⁹ no qual Agostinho nos mostra que, mesmo com as várias façanhas que levaram o Império Romano a um legado até então nunca alcançado por outros povos ou nação, um poder tanto político como econômico, esta Roma também praticou muitas injustiças. Para Agostinho, muitos daqueles que fizeram parte da história do processo político e também os responsáveis pela ação política de seu tempo, cometeram e continuaram a repetir os mesmos erros. Dentre esses, impor à força seu domínio, o que, por si só, era uma das muitas razões suficientes para se perceber que, no fundo, havia aí um quadro que deveria ser revisto e, por isso, Agostinho chamava atenção para estas situações, criticando-as de maneira incisiva. Isso porque resultavam nas consequências sofridas pelo império. Nas palavra do autor:

[...] No princípio desta obra sobre A Cidade de Deus, achei que devia começar a responder aos meus inimigos que andam em busca dos gozos terrenos e, ávidos de bens fugazes, acusam a religião cristã – única salutar e verdadeira religião –, das tristezas que eles têm que suportar mas que são mais uma advertência da misericórdia de Deus do que castigo da sua severidade. E como entre eles há uma multidão de ignorantes, acende-se mais fortemente o seu ódio contra nós. Baseados na autoridade dos seus doutores e na sua ignorância, julgam que os males insólitos dos seus tempos não teriam acontecido nos tempos passados [...].¹⁰



Ora, tais conflitos, tanto no âmbito religioso quanto nas relações sociais e políticas, não eram o que levava Roma à melhora ou à piora, mas sim tudo aquilo que era feito e tratado no cuidado com a coisa pública (*res publica*). Para além dos conflitos e oposições entre cultura pagã e cultura cristã, havia também muita falta de coerência e sensatez por parte de suas autoridades e de seus concidadãos, pois os mesmos viviam, em sua maioria, numa total decadência de seus hábitos e costumes.

A maioria do povo romano havia sido corrompida por sua ganância, tendo como consequência o desprezo pela ordem¹¹ e a perda de suas virtudes. Dentre estas, a virtude pessoal que remonta ao indivíduo justo, ou seja, aquele que possui uma vida e uma alma em ordenada concórdia, em cujas disposições se apresentam um firme estado de propósito e caráter que lhe faculte uma escolha do que se deve fazer (as virtudes necessárias para garantir a prosperidade e a paz de seus membros) e do que se deve evitar. Ambos os deveres (i.e., o de fazer e o de evitar) são oriundos daquele modelo de homem público pensado e definido por Cícero em sua obra *Da República*.¹² Essas polêmicas e conflitos,¹³ entre cristãos e pagãos, jamais haviam cessado e suas relações tornavam-se todas mais violentas e mais amargas.

Em 408 d.C., acontece uma primeira tentativa de reduzir Roma pela fome. Roma já não era a mesma dos Régulos, dos Cévolas, dos Cipiões, dos Catões. Os romanos dessa época agora perderam o desejo de glória e estavam amolentados pelo prazer, pela riqueza e pela inação (i.e., um estado em que não se age). Daí que uns fugiram para a Sicília, outros para Sardenha, para a Córsega e até para a África. Aqueles que ficaram queriam ver-se livres dos bárbaros a qualquer preço. Por isso, o Senado – SPQR: *Senatos Populus Que Romanus* (O Senado e o Povo Romano) – aceitou as condições impostas por Alarico para se afastar, entregando-lhe uma avultada quantia.

No ano seguinte, em 409 d.C., os visogodos voltaram com mais força e mais audaciosos. Dessa vez exigiram que Roma aceitasse o imperador que eles escolhessem, para que este lhes concedesse o tão cobiçado título de *Senhor das Milícias*. E em 410 d.C., fora o assalto definitivo: após um longo assédio de cerca de cinco meses, Alarico entrou na cidade pela porta de Salária, aberta por traição na noite de 24 de agosto daquele ano. Seguiram-se três dias e três noites de pilhagens, incêndios, destruições, violações, torturas e carnificinas. Depois, abarrotados com os despojos, os exércitos de Alarico se retiraram. Como sempre, essas situações acontecem em épocas de impunidade. Isso porque, por carência de uma verdadeira liderança, muitos mostravam o bandido de que eram portadores. Todos eles pilhavam, todos eles assaltavam, todos eles roubavam – e não só os godos, mas todos: do mais honesto cidadão até o mais alto funcionário dos cargos públicos – e não apenas o bárbaro. E isso não se deu tão só em Roma, mas em toda a parte onde se acolhiam refugiados, por exemplo, na África, para onde também se estendeu o terror. Notadamente, os mais abastados, que têm sempre possibilidade de fuga, e o próprio governador militar, o conde Heracliano, deram o mais triste exemplo de saqueador. Até as mulheres mais ricas, que esperavam no desembarque, eram presas e só liberadas após pagar o resgate que ele impunha a todas; as que não podiam pagar eram vendidas como escravas aos mercadores de outros povos.



Segundo Gilson, em Sufetula, junto a Cartago, os pagãos assassinaram 60 cristãos; em Guelma, provocaram graves motins, queimaram os bens da Igreja e mataram o presbítero. Tinha chegado o tempo, dizia-se por toda parte, conforme anunciado por um oráculo dos deuses, de o cristianismo ser vencido após 305 anos de vida¹⁴. Em contraste com a crença de todos de que Roma – *a Roma eterna*, que era sagrada, intocável – jamais ruiria.

Havia um sentimento de frustração ante as catástrofes e conflitos produzidos até então. Parte dos romanos – não cristãos – se aproveitavam da miséria generalizada que havia na *Urbe* romana, alegando que Roma fora feliz e poderosa, alargara os seus limites e se mantivera bem enquanto os romanos faziam sacrifícios aos seus deuses, e que só caiu nas mãos dos bárbaros quando os seus sacrifícios foram proibidos¹⁵. Ademais, na própria história de expansão do poderio romano, foi mostrado que os meios utilizados para suas conquistas nunca se deram de forma pacífica e ordenada, e sim, ao contrário, eram voltados por uma ambição desmedida por parte de suas autoridades em vista da criação do maior império em dimensões globais. Sobre isso, pondera Agostinho:

[...] Mas a discórdia, a avareza, a ambição e demais males que costumam nascer da prosperidade, aumentaram extraordinariamente depois da destruição de Cartago”. [...] para que compreendêssemos que já antes costumavam surgir e avolumar-se. Por isso explica por que é que tal dissera: “As injustiças dos poderosos, provocando a separação da plebe e dos patrícios e outras dissensões internas, existiram entre eles desde o princípio, porque a observância de um direito justo e moderado não durou mais do que o tempo em que se teve medo de Tarquínio e da pesada guerra com a Etrúria.¹⁶

Esse é um ponto bastante interessante, pelo fato de que, num primeiro momento, ninguém poderia imaginar tal reação de Agostinho, na qual ele aponta um balanço bastante lúcido da história romana. A partir dessa perspectiva, sobre o fundo de tal análise sombria, ele não busca nem uma condenação, nem uma defesa, mas sua intenção é lançar a pergunta moral de legitimação com respeito ao Estado. Em todo caso, trata-se de uma legitimação do Estado, numa perspectiva na qual poderia ser concebida em termos de modelo ideal possível. Este modelo, Agostinho concebe a partir de dois modos:

(i) o primeiro deverá ser legítimo a partir da perspectiva moral normativa, i.e., aquele modelo necessário que foi apresentado por Cícero na obra *Da República*, que remete aos homens de boa vontade. Nesse modelo, se fundamenta na importância de se observar as regras da eterna justiça em lugar da justiça convencional, que normatiza, e por isso promulga, a necessidade de dar a cada um o que é seu por direito, em que comprova que esta atitude é própria do homem justo¹⁷, ou, então;

(ii) um modelo que comprove uma eficiência na ação política, necessário para o cuidado com a coisa pública, que garantisse a seus membros uma sociedade capaz de zelar e oferecer o que for de necessário para esta sociedade se manter.



Entretanto, isso não ocorreu e pela primeira vez um império vinha abaixo, exatamente no momento em que a Igreja alimentava a esperança de se firmar sobre ele. A situação se apresentava cada vez mais fora de controle, uma vez que, com o início da ruína de Roma, que já estava ocorrendo, também viria a ruína da Igreja.

Do lado pagão, seus principais argumentos eram que a doutrina cristã ensinava a renúncia ao mundo, aos bens materiais e que, por isso, desviava o cidadão do serviço do Estado. Essa negligência (do ponto de vista pagão), interpretada pelos romanos, era o que os levava a pensar e responsabilizar os cristãos por tal ruína¹⁸. Também para os romanos não cristãos, o destino de Roma esteve sempre ligado ao culto de seus deuses e, desde que a religião cristã começara a expandir-se, os pagãos haviam anunciado que os castigos terríveis ocorriam porque seus deuses foram traídos e não impediriam. Desse modo, que Roma fosse duramente castigada e que ninguém os havia escutado. Esses acontecimentos justificavam tais profecias proferidas pelos romanos não cristãos.

O Império Romano tornara-se cristão e fora, sob reinado de um imperador cristão que Roma havia sido conquistada, pilhada pela primeira vez, desde a longa origem de sua história.

Para Agostinho, chegavam questões desafiadoras, pois os pagãos perguntavam-lhe primeiramente “como viver de maneira cristã num Estado”, ou “como poderia existir um Estado composto somente por cristãos onde as práticas de suas virtudes culminariam infalivelmente em sua ruína?”¹⁹. Para além do embate religioso, Agostinho retoma outros argumentos para se defender dos ataques pagãos. Ele recapitula também os registros históricos deixados por Salústio, para desmistificar as levandades impostas ao povo de Deus quando afirma:

Repare no que ele (Salústio), em seguida, escreve:

Mais tarde os patrícios submeteram a plebe a um jugo de escravos. Oprimida por estas sevícias e principalmente por dívidas, quando suportava, devido a contínuas guerras, o duplo peso dos impostos e do serviço militar, a plebe instalou-se com as armas no Monte Sagrado e no Aventino (cidade dos Helvécios) – o que desde logo lhes valeu passagem a ter tribunos da plebe e outros direitos.²⁰

Ademais, Agostinho escreve:

Mas se se consideram aqueles tempos, dos quais se diz terem sido os melhores e os mais belos da República Romana, – que é que se dirá do período seguinte ou que é que se há de pensar, para usar das próprias palavras do historiador, quando diz: “pouco a pouco se foi transformando da mais bela e da mais virtuosa República na pior e na mais corrompida”, depois da destruição de Cartago, como ele já notara? O que o próprio Salústio um tanto resumidamente recorda e escreve desses tempos pode ler-se na sua História: quão grave decadência dos costumes nasceu da prosperidade e acabou em guerra civil. Como ele diz: Desde essa época os costumes dos antepassados foram-se precipitando, não pouco a pouco, como outrora, mas como uma torrente. A juventude estava de tal forma corrompida pelo fausto [ostentação,



orgulho, soberba, devido à confusão] e pela cobiça que se podia dizer: surgiu uma geração que não é capaz de possuir patrimônio próprio nem permitir que outros o possuam²¹.

Esse é o olhar com que Agostinho relia os fatos históricos e políticos ocorridos em Roma. Através desses registros que haviam sido apontados pelos historiadores, os sinais de comprometimento de todas as estruturas desta sociedade eram evidentes. Por exemplo, para Salústio, é possível visualizar que houve um crescente de crises e conflitos, de tal modo que, a cada geração, o Império ia se comprometendo e corrompendo-se cada vez mais. Agostinho pretendia mostrar que a República Romana agonizava há tempos e que o cristianismo nesse período não pertencia ao ambiente político; por isso, o cristianismo jamais fora fonte geradora desta crise. Isso porque, se o ideal cristão estivesse presente, então tais situações não teriam chegado a este estado de caos que se encontrava.

Em vista de todo este desgoverno, Agostinho julgava que o Império Romano foi punido por seus próprios erros. Em primeiro lugar, pelo fato de o homem não reconhecer sua condição natural de criatura, isto é, sendo apenas um participante da criação: se assim o fizesse, viveria mais harmoniosamente. Em segundo lugar, por se colocar na condição equivocada de ser superior, levando-o a impor aos demais leis e normas rígidas a serem cumpridas.

Segundo o professor Cláudio Moreschini²², Agostinho ressalta a própria proximidade ao cristianismo, mas não pode deixar de se dar conta das diferenças. A conversão não consiste, portanto, em substituir a filosofia pela religião, mas em identificar uma com a outra, ou seja, a sabedoria traz a felicidade e a felicidade é objetivo também da religião.

Agostinho já havia aderido totalmente à fé cristã e, dada a identificação entre filosofia e religião, não tem sentido a alternativa de ter ele se convertido a uma ou a outra. Para Agostinho, Cristo (1 Cor 1, 24) era a sabedoria de Deus e essa concepção cristã se adaptava de modo excelente ao programa filosófico do bispo, porque unia Deus à sabedoria que o filósofo procura nas suas formas mais puras. Nesse sentido, por exemplo, o conceito de vida feliz baseia-se na razão. Nisso, o bispo de Hipona é um seguidor das escolas da filosofia antiga, ou seja, Agostinho tem o mérito de haver descoberto os estratos mais remotos do homem, ou o coração, o amor e a vontade. Com efeito, tal concepção o fez pensar que espírito e razão são o que melhor caracterizam o homem e nada tem que ver com o irracionalismo, de modo a conservar, para a Idade Média, a tradição grega, segundo a qual a razão é a melhor coisa que o homem possui.

Não por um mero capricho, na obra *De Civitate Dei*²³ é empreendida uma exegese sobre o curso temporal das duas cidades: a cidade terrena e a cidade celeste. Essa obra tem como finalidade voltar-se à resolução do conflito no destino do homem. Concomitantemente, à resolução do conflito existente na cidade, propondo também um modo que garanta o cuidado para manter a ordem e a concórdia da cidade. Contudo, o 19º livro – com 28 capítulos – é o ponto no qual culmina o desfecho, em que pesa a relação de uma sociedade que vive o abandono. Tal abandono se dá por falta de uma



política que não cumpre seu papel. Uma política que remete necessariamente no cuidado da coisa pública (*Res publica*), no cuidado com a coisa do povo. Como isso não ocorre, esse povo sofre as consequências de desmandos causados por seus homens públicos (i.e., políticos). Instaurando, assim, entre outras coisas, a corrupção e, como consequência, a imposição de medidas injustas e altos tributos que pesavam sobre a população.

Agostinho vê-se impelido a apontar os caminhos que permeiam sua compreensão daquilo que deveria ser justo, bem como analisando a República Romana, sua relação com o pensamento ciceroniano e o modo como vivem os romanos e os cristãos em todo este contexto. Nessa relação, a República Romana é concebida como uma sociedade humana, uma sociedade humana dentro de uma perspectiva histórica. Nesta perspectiva histórica, a Igreja e os cristãos eram tidos injustamente como os principais agentes responsáveis por sua ruína.

CONCLUSÃO

Tentar compreender os motivos e a necessidade de Agostinho, ao pôr em discussão com o pensamento ciceroniano e sua influência do pensamento platônico, trazer à tona tudo aquilo que remonta à construção de uma concepção sobre como poderia ser possível repensar um modelo de civilização com uma tal harmonia nas relações humanas, suas causas e seus efeitos, fizeram dele um pensador que a história da filosofia descreve como primeiro cristão que elabora uma síntese madura entre fé e filosofia. Uma vez que se considera que a fé teria recebido clareza da razão, mas também que a razão teria ganho um estímulo e impulso da fé. Daí a pertinência que os estudos do pensamento filosófico agostiniano nos permitem avaliar uma abordagem atual das relações políticas em suas críticas contundentes sobre a maneira de se cuidar da esfera pública. Ele nos lembra e quer chamar a atenção para os princípios fundamentais do que é a coisa pública e como deve ser o espírito do homem público, ou seja, aquele que cuida da coisa pública.

Ora, como vimos, todos os desmandos ocorridos em diversos povos e nações remetem aos meios que foram utilizados pelo poder: tanto para manter e preservar uma república como também o seu contrário. Esses princípios fundamentais foram na história do processo civilizatório, em sua maioria, transgredida em seus limites e na forma que foi anteriormente pensados e teorizados, i.e., de como deveria ser o cuidado e o zelo para com o Estado. Como essas teorias sempre correm os riscos de serem ignoradas, aos poucos também corremos o risco de se dissiparem, no tempo, o respeito pelas ordens. Ademais, cresce a desconfiança de que realmente haveria no poder político os instrumentos capazes de responder às necessidades exigidas por uma sociedade que pretenda ser justa, e por isso mesmo, levando os povos a desconfiar da ordem pública.

Agostinho, portanto, visualiza os fatos que levaram o Império Romano a chegar ao ponto de decadência existente à sua época, porque ele conseguiu como poucos, identificar as crises que perpassavam o ambiente político de seu tempo. Com extrema



eficácia, reinterpreta o pensamento produzido até então e analisa seus pontos essenciais no percurso da vida do homem na sua incompletude e a forma como os homens veem o mundo, na interpretação da vida. A ganância e a corrupção existentes no cenário político, por exemplo, não ficaram à margem do pensamento agostiniano, sendo pertinente lembrar novamente o que ele afirmava, quando dizia que desde os tempos de outrora os costumes dos antepassados foram se precipitando, não pouco a pouco, mas como uma torrente. A juventude estava de tal forma corrompida pelo Fausto (*ostentação, orgulho, soberba, devido à confusão*) e pela cobiça que se podia dizer: surgiu uma geração que não é capaz de possuir patrimônio próprio nem permitir que outros o possuam²⁴, o que resulta em todo o tipo de escândalos, tornando possível retomar a narrativa do pirata e de Alexandre, recordada por Cícero na obra *Da República*: “afastada a justiça, o que são, na verdade, os reinos senão grandes quadrilhas de ladrões?”²⁵. Tudo isso tão atual que a sociedade, se não for atenta, pode repetir-se, porque, quando lhe são tirados os referenciais apontados pela história, não é possível compreender a importância da política na vida do homem. Uma política capaz de responder às necessidades fundamentais de uma sociedade crítica que se pretenda justa.

Como resposta, Agostinho sugere que tais lacunas só podem ser completadas pelo dado da fé. Assim, o pensamento agostiniano, mostra sua importância, tanto para a academia, como também para a esfera eclesial. Suas obras ecoam de tal modo que começam a ser objeto de curiosidade e de leitura, não só de um público especializado, mas de um público mais heterogêneo. É aí que, todos aqueles que se inclinarem aos estudos de Santo Agostinho irão compreender o valor de várias lições, dentre elas a arte de viver em tempos de catástrofe.

BIBLIOGRAFIA:

AGOSTINHO, A. *A Cidade de Deus*, V. I. [Tradução, prefácio, nota biográfica de João Dias Pereira]. – 3ª Edição – Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

_____. *A Cidade de Deus*, V. II. [Tradução, prefácio, nota biográfica de João Dias Pereira]. – 2ª Edição – Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

_____. *A Cidade de Deus*, V. III. [Tradução, prefácio, nota biográfica de João Dias Pereira]. – 2ª Edição – Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

_____. *Confissões*. [Tradução de Maria Luiz Jardim Amarante]. – 2ª edição – São Paulo: Paulus, 1997 – (Coleção Patrística; 10).

DE BONI, L. A. *Filosofia Medieval: textos* – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BOEHNER, P. – GILSON, E. *História da Filosofia Cristã*. Desde a origem até Nicolau de Cusa. [Tradução e nota introdutória de Raimundo Vier, O.F.M.]. – 3ª Edição – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CÍCERO, M. T. *Da República*. [tradução e notas de Agostinho da Silva] – 1ª Edição – São Paulo: Abril Cultural, Fundação Victor Civita, Junho, 1973. (Coleção Os Pensadores).



_____. *Dos Deveres – De Officiis*. [tradução, introdução, notas, índice e glosário de Carlos Humberto Gomes – Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa] – Edições 70 – Lisboa, Portugal.

GILSON, E. *A filosofia na Idade Média*. [Tradução de Eduardo Brandão] – São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Evolução da Cidade de Deus*. [Tradução portuguesa de João Camilo de Oliveira Torres – da Academia Mineira de Letras – do original Francês: Publications Universitaires de Louvain] – Distribuição em Portugal: Livraria Sampedro – Lisboa: Editora Herder, São Paulo, 1965.

_____. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. [Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub]. – São Paulo: Paulus, 2006.

MARROU, H. *Santo Agostinho e o agostinismo*. [Tradução de Ruy Flores Lopes] – Rio de Janeiro, RJ: AGIR Editora, 1957.

MORESCHINI, C. *História da Filosofia Patrística*. [Tradução de Orlando Soares Moreira] – São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PEREIRA, M. H. da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica*. V. I – Cultura Grega – 10ª Edição – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

_____. *Estudos de História da Cultura Clássica*. V. II – Cultura Romana – 4ª Edição – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

SARANYANA, Josep-Ignasi. *A Filosofia Medieval: Das Origens Patrísticas à Escolástica Barroca*. [Tradução de Fernando Salles]. – São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2006.

* Mestre em Filosofia pela Faculdade de São Bento, bacharel em Teologia e licenciado em Filosofia, especialista em Filosofia Patrística e Escolástica. Professor de Curso Livre na Faculdade de São Bento. E-mail: joabotistadoamaral@yahoo.com.br

¹ Aurelius Augustinus (354-430), que viria a passar à posteridade com o nome de Santo Agostinho, foi o mais importante filósofo e teólogo do período patrístico e morreu de causas naturais em 28 de agosto de 430, enquanto a cidade de Hipona era atacada pelos visigodos, que dominaram e destruíram a cidade inteira – exceto a catedral e a biblioteca de Agostinho. Neste cenário, ele escreve *De Civitate Dei*, que, juntamente com a sua obra *Confissões*, irá lhe assegurar o seu lugar na história como primeiro dos doutores eruditos da Igreja medieval.

² Cf., por exemplo, *C.D.*, I, xxxi.

³ Grupo de gauleses revoltados que passou a fazer pilhagens em grupo durante o reinado dos imperadores Diocleciano (284-305) e Maximiano (284-305).

⁴ Cf. MARROU, H. *Santo Agostinho e o agostinismo*. [tradução Ruy Flores Lopes] – Rio de Janeiro, RJ: AGIR Editora, 1957. pp. 7-13

⁵ Cf. *C.D.*, II, iii.

⁶ Cf. GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. p. 195.

⁷ Cf. *C.D.*, I, ii.

⁸ Cf. *C.D.*, Primeira parte, Os Godos. Saque de Roma. pp. 71-74.

⁹ Ademais, cf. na *C.D.* os livros I ao V que também abordam a temática.

¹⁰ *C.D.*, IV, i. p. 375.

¹¹ Tal ordem representaria, por exemplo, os bons costumes cuja característica consiste em algo justo e harmonioso a todos da sociedade.

¹² Cícero também trata desse mesmo assunto em sua outra obra: *Dos Deveres*.



¹³ O Império por volta de 400 d.C., passava por constantes crises e choques de ideias entre os povos conquistados e os que invadiam seu território.

¹⁴ Cf. GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. [tradução Eduardo Brandão] – São Paulo: Martins Fontes, 2001. Escreve que, em 410, sob o comando de Alarico, os godos invadiram Roma e saquearam-na. Isso foi uma grande catástrofe para o império, e esta crise se estende também para a Igreja, porque, após a conversão de Constantino, os pagãos não haviam cessado de criticar a Igreja culpando-a pelo fato de ela ter convencido os romanos a abandonar os seus deuses, pois isso seria motivo de sua ruína. Os cristãos, ao contrário, diziam que a prosperidade do império estava ligada justamente ao fato de a Igreja estar à frente, no sentido de contribuir para a prosperidade do Império. No entanto, invadida pelos godos sob a direção do seu rei Alarico, Roma é tomada e arruinada. E, como dito acima, os romanos não cristãos acusaram a religião cristã desta ruína e começaram a desfazer-se em críticas mais amargas e violentas. p. 196.

¹⁵ De 313 até seu falecimento, em 337, o imperador Constantino tomou uma série de medidas de apoio à causa cristã, começando por outorgar a liberdade aos cristãos e lhes restituir os bens confiscados, convocar o Concílio de Niceia e batalhar contra Licínio, que havia retomado no Oriente suas perseguições contra os cristãos, até que o prendeu e mandou executá-lo. Os distintos decretos e disposições são conhecidos pelo nome genérico de Edito de Milão. Também referenciado como **Edito da Tolerância**, declarava que o Império Romano seria neutro em relação ao credo religioso, acabando oficialmente com toda a perseguição sancionada oficialmente, especialmente do cristianismo. No final, por volta de 324 d.C., Constantino ganhou o domínio de todo o Império e ordenou a execução de Licínio, por traição. Cf. SARANYANA, Josep-Ignasi. *A filosofia medieval – das origens patrísticas à escolástica barroca*. [tradução de Fernando Salles] – São Paulo: Instituto Brasileiro de filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2006.p. 61.

¹⁶ *C.D.*, II, xviii. p. 240.

¹⁷ Cf. CÍCERO. *Da República*, II, viii.

¹⁸ Cf. GILSON, E. *Evolução da Cidade de Deus*. [Tradução portuguesa de João Camilo de Oliveira Torres – da Academia Mineira de Letras – do original Francês: Publications Universitaires de Louvain] – Distribuição em Portugal: Livraria Sampedro – Lisboa: Editora Herder, São Paulo, 1965. P. 36-38.

¹⁹ Cf. *C.D.*, II.

²⁰ *C.D.*, II, xviii. p. 240-41.

²¹ *C.D.*, II, xviii. p. 241. Grifo nosso.

²² Cf. MORESCHINI, C. *História da filosofia patrística*. [Tradução de Orlando Soares Moreira] – São Paulo: Loyola, 2008. pp. 446-447.

²³ Constituída num conjunto que abarca 22 livros.

²⁴ Cf. *C.D.* II, xviii.

²⁵ Cf. *C.D.* XV, i.